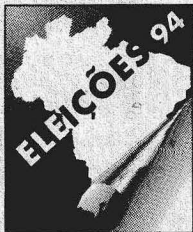


Lula vai ter que explicar ao TSE uso de carro de som

369
Mariana Monteiro

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Flaquer Scartezzini, notificou, ontem, o candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para que apresente em cinco dias sua defesa prévia no inquérito aberto para apurar a utilização por ele do carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Paulo, como palanque eleitoral. Scartezzini que é ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou ainda que o inquérito aberto pela Corregedoria da Justiça Eleitoral de São Paulo seja transferido para a Corregedoria Geral em Brasília.

As decisões de Scartezzini atendem a representação feita pelo candidato a presidente do PPR.



Espiridião Amin junto ao Corregedor Geral. O vice-procurador geral eleitoral Antônio Fernando Barros e Silva de Souza deu parecer pela notificação de Lula, também acatando a representação de Amin.

Além da notificação para Lula, o TSE deu ao presidente do PT Rui Falcão, a oportunidade de explicar o episódio em que o candidato do partido fez comício para metalúrgicos em frente às fábricas de cidades do ABC paulista, falando do carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos. A lei eleitoral deste ano, nº 8713, proíbe a utilização de carros de som de entidades sindicais por candidatos e pune com a perda do registro no TSE aquele que incorrer neste crime eleitoral. No despacho de ontem, o ministro do TSE afirma que as investigações objetivam "apurar infração às normas que regem a administração financeira da campanha eleitoral e uso indevido de poder econômico".

O corregedor Flaquer Scartezzini requisitou ainda a Rede Globo, à Rede Bandeirantes, à Rede Manchete e o SBT que enviem ao TSE os tapes em que Lula aparece falando aos metalúrgicos de dentro do carro de som e, no dia seguinte, ao afirmar que fez aquilo com a aprovação dos metalúrgicos em assembleia.

■ O presidente nacional do PT, deputado estadual Rui Falcão, entrou ontem com uma ação popular na Justiça estadual contra a contratação pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp), sem concurso público, de Frederico Coelho Neto, o Lilico, irmão do governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury. De acordo com a denúncia, outros 83 funcionários da estatal foram contratados por critérios "exclusivamente de natureza político-partidária" e oito deles "parentes" de políticos do PMDB.

LUIS CARLOS LEITE — A FOLHA

